



**MOÇÃO DE REPÚDIO**

Moção de repúdio ao Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023, que suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Senhor Presidente,

o Vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 92, inciso VIII do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Cacequi, vem apresentar Moção de repúdio ao Decreto Federal 11.366 de 1º janeiro de 2023.

Solicitamos que após os trâmites regimentais, seja encaminhada cópia da presente ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados através de e-mail. (E-mail: [protocolo@senado.leg.br](mailto:protocolo@senado.leg.br) e E-mail: [redelegislativa@camara.leg.br](mailto:redelegislativa@camara.leg.br)).

APROVADO  
 Em \_\_\_\_\_  
 Presidente

APROVADO  
 Em \_\_\_\_\_  
 Presidente

GERAL 795  
**Câmara Municipal**  
**CACEQUI-RS**  
 Prot. 2/795 Pag. 1  
 Data 9/1/23  
 Assinatura \_\_\_\_\_  
 Hora \_\_\_\_\_

A ORDEM DO DIA  
 Em \_\_\_\_\_  
 Presidente  
 1413123





**JUSTIFICATIVA**

O Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023, exorbita o poder regulamentar atribuído ao Poder Executivo, uma vez que contraria diversos dispositivos constitucionais, em especial os Art. 170 e o Art. 217 da Constituição Federal, constituindo nítido cerceamento da liberdade econômica, impactando diretamente na atividade econômica legalmente desempenhada por cerca de 3,7 milhões de pessoas no país, entre comerciantes, instrutores, fabricantes, além de toda uma rede de serviços derivados que geram em arrecadações aproximadamente 4,7% do PIB nacional, cerceia expressamente a atividade de desporto legalmente constituída, como sendo de dever do Estado em fomentar práticas esportivas formais e não formais, impactando diretamente cerca de 1 milhão de atletas, devidamente cadastrados conforme exigências legais previstas.

Não bastasse isso, o referido Decreto fere diretamente a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que autoriza a aquisição de armas de fogo pela população civil, desde que cumpridas as exigências legais, violando, também, o Referendo Popular de 23 de outubro de 2005, quando 63,94% (sessenta e três vírgula noventa e quatro por cento) dos brasileiros votaram por manter o livre direito ao comércio de armas e munições de forma legal no Brasil.

Se mantido o Decreto 11.366/23, será o fim do Tiro Desportivo no Brasil, esporte que justamente trouxe ao Brasil a primeira medalha em Jogos Olímpicos. Tal fato ocorreu nas Olimpíadas da Antuérpia, em 1920, onde o atleta Afrânio Antônio da Costa, conquistou a medalha de prata no tiro esportivo com pistola.

Por demais, dentre as disposições, algumas colocam em xeque até as atividades de controle de fauna exótica invasora, previstos no Art. 225 da Constituição Federal. Isto para não dizer na afronta ao Art. 5º, II da Constituição Federal, ao obrigar o registro de armas em órgão incompetente, confrontando dispositivos da Lei 10.826/2003 e a hierarquia das normas.

Diante desse quadro, rogamos aos ilustres parlamentares que votem favoravelmente a Moção de repúdio ao Decreto nº 11.366/23 ora apresentada.

Cacequi, 8 de março de 2023.

  
Ver. DOELI VALENTE DA SILVA

Bancada do MDB